

OMNÍVORO: PORQUE PRECISAMOS DE ALARGAR A NOSSA CONCEPÇÃO DO CAPITALISMO

O capitalismo voltou! Ao cabo de décadas durante as quais o termo quase só aparecia nos escritos de pensadores marxistas, hoje há comentadores com orientações muito diversas que se preocupam abertamente com a sua sustentabilidade, investigadores de todas as escolas que se esforçam por sistematizar as críticas que lhe são dirigidas e activistas que no mundo inteiro se mobilizam contra as suas práticas. O regresso do «capitalismo» constitui, sem dúvida, um desenvolvimento bem-vindo, um indicador evidente – caso algum fosse necessário – da profundidade da crise actual e da urgência generalizada de uma abordagem sistémica dessa mesma crise. Torna-se sintomático que tudo o que se diz sobre o capitalismo indique existir uma consciência cada vez maior de que os males heterogêneos – financeiros, económicos, ecológicos, políticos e sociais – que nos afligem remetem para uma origem comum, e de que as reformas que não cheguem às raízes desses males estão condenadas ao fracasso. Analogamente, o renascer do termo constitui um sinal do desejo largamente partilhado de uma análise que elucide as relações entre as diversas lutas sociais do nosso tempo – uma análise capaz de promover uma cooperação estreita (senão a unificação integral) das suas correntes mais avançadas e progressistas num bloco de oposição ao sistema. E é convincente a intuição de que essa análise deverá ter como alvo o capitalismo.

No entanto, a proliferação actual dos debates em torno do capitalismo é, em grande medida, apenas retórico – é mais

um sintoma do desejo de uma crítica sistemática do que uma contribuição efectiva para essa crítica. Após décadas de amnésia social, gerações inteiras de activistas e investigadores jovens passaram a praticar análises sofisticadas do discurso, continuando ao mesmo tempo a ignorar por completo as tradições da *Kapitalkritik*. Só hoje começam a perguntar-se como poderão pôr em prática esse tipo de crítica em vista da elucidação da conjuntura actual.

Os seus «maiores», veteranos de anteriores épocas de fermentação anticapitalista, que poderiam ter-lhes proporcionado alguma orientação, deixam-se, em contrapartida, cegar pelos seus próprios antolhos. Apesar das boas intenções que proclamam, não se mostraram capazes de integrar sistematicamente as contribuições do pensamento feminista, ecológico, pós-colonial e dos movimentos de libertação negros na sua concepção do capitalismo.

O resultado é que damos por nós a atravessar uma crise capitalista de extrema gravidade sem dispormos de uma teoria crítica que a elucide ou muito menos nos conduza a uma resposta emancipatória. É certo que a crise actual não se encaixa nos modelos-padrão herdados: é multidimensional e abrange não só a economia oficial, incluindo as finanças, mas também fenómenos «não-económicos» como o aquecimento global, o «défice das prestações de cuidados» e o esvaziamento a todos os níveis do poder público. Mas os modelos de crise herdados tendem a centrar-se exclusivamente nos aspectos económicos, que isolam e privilegiam acima dos restantes. Igualmente importante é o facto de a crise actual engendrar novas configurações políticas e novas gramáticas de conflito social. As lutas em torno da natureza, da reprodução social, da expropriação e do poder público ocupam um lugar central nesta constelação, o que implica múltiplos eixos de desigualdade, entre os quais se incluem os da nacionalidade/raça-etnia, religião, sexualidade e classe. No entanto, também aqui não são suficientes os

modelos teóricos herdados, uma vez que continuam a dar prioridade às lutas laborais nos locais de produção. De um modo geral, faltam-nos concepções do capitalismo e da crise capitalista que se mostrem adequadas ao nosso tempo.

Considero que a concepção de *capitalismo canibal* é o que nos falta. Abordo-a a título introdutório no presente capítulo perguntando o que subjaz ao argumento principal desenvolvido por Karl Marx no Livro Primeiro de *O Capital*. Trata-se de uma obra que tem muito para nos oferecer em matéria de recursos conceptuais e que, em princípio, expõe as preocupações mais amplas que já mencionei. Contudo, não aborda sistematicamente as questões do género, da raça, da ecologia e do poder político enquanto eixos estruturais da desigualdade nas sociedades capitalistas, e menos ainda enquanto questões em jogo nas lutas sociais e suas premissas. Torna-se assim necessária uma reconstrução das suas contribuições mais importantes. Por conseguinte, a minha estratégia toma como ponto de partida começar por olhar primeiro *para* Marx e, depois, *para trás* dele, esperando que seja possível desse modo considerar a uma luz nova algumas velhas perguntas: O que é ao certo o capitalismo? Qual a melhor maneira de o conceptualizarmos? Deveremos pensá-lo como um sistema económico, uma forma de vida ética ou uma ordem social institucionalizada? Como deveremos caracterizar as suas «tendências para as crises» e onde deveremos localizá-las?

AS CARACTERÍSTICAS QUE DEFINEM O CAPITALISMO, SEGUNDO MARX

Começo por recordar as características que Marx considerou definirem o capitalismo. Assim, à primeira vista, a linha de pensamento que me conduzirá à concepção do capitalismo

canibal poderá parecer ortodoxa. Mas proponho-me a desortodoxizá-la de imediato, demonstrando, para esse efeito, que as características consideradas por Marx pressupõem algumas outras, que constituem as suas condições de possibilidade de fundo. Tal como Marx dirigiu o seu olhar para trás da esfera das trocas, para o «lugar oculto» da produção, a fim de descobrir os segredos do capitalismo, procurarei aqui as condições de possibilidade da produção que se situam por trás dessa esfera, em regiões ainda mais ocultas.

Segundo Marx, a primeira característica definidora do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, o que pressupõe uma divisão de classes entre proprietários e produtores. Esta divisão surgiu como resultado da ruptura de um mundo social anterior em que a maioria das pessoas, apesar das suas diferentes situações, tinham acesso aos meios de subsistência e aos meios de produção: por outras palavras, acesso a alimentação, a habitação e a vestuário, bem como a utensílios, a terra e a trabalho, sem participação obrigatória no mercado laboral. O capitalismo alterou decisivamente estas condições. Vedou as terras comunais, aboliu os direitos de uso consuetudinários e transformou os recursos compartilhados em propriedade privada de uma pequena minoria.

O que nos conduz directamente ao segundo traço fundamental do capitalismo segundo Marx: o mercado de força de trabalho livre. Uma vez separada dos meios de produção, a grande maioria viu-se obrigada a submeter-se a essa instituição peculiar a fim de poder trabalhar e obter o necessário para viver e criar os seus filhos. Vale a pena considerarmos aqui a que ponto o mercado de força de trabalho livre é insólito, «anti-natural», historicamente anómalo e específico. O trabalhador é «livre» em dois sentidos. Em primeiro lugar, no que se refere à sua condição jurídica: não é escravo nem servo, tal como não está ligado nem de qualquer outro modo vinculado a um determinado local nem a um senhor específico — o que significa que

é móvel e dotado da capacidade de estabelecer um contrato de trabalho. Mas, em segundo lugar, encontra-se «livre» do acesso (ou seja, sem acesso) aos meios de subsistência e aos meios de produção, incluindo do acesso aos direitos consuetudinários de uso da terra e dos utensílios, pelo que está despojado dos recursos e direitos que lhe permitiriam abster-se de participar no mercado laboral. Deste modo, o capitalismo define-se em parte pela sua constituição e pela utilização da mão-de-obra assalariada (duplamente) livre, embora, como veremos, também dependa em grande medida de um tipo de mão-de-obra que não é livre, mas dependente, não reconhecida e não remunerada.

Surge a seguir o fenómeno igualmente estranho do valor «auto»-expansivo, terceira característica definidora indicada por Marx.¹ O capitalismo tem a peculiaridade de possuir um impulso sistémico objectivo: a acumulação de capital. Consequentemente, todas as acções dos proprietários enquanto capitalistas se orientam no sentido da expansão do seu capital. Tal como os produtores, encontram-se submetidos a uma compulsão sistémica peculiar. Os esforços de todos em vista da satisfação das suas necessidades são indirectos e submetem-se a outra coisa que assume prioridade: a um imperativo primordial inscrito num sistema impessoal, que é a pulsão própria do capital em vista da sua «auto»-expansão infinita. Trata-se de um aspecto brilhante da análise de Marx. Diz-nos que, numa sociedade capitalista, o capital se torna o Sujeito. Os seres humanos são seus peões, reduzidos a descobrir maneiras que nos

¹ A tradição marxista define habitualmente o capital como *valor auto-expansivo*. No entanto, trata-se de uma formulação enganadora. Na realidade, o capital expande-se apropriando-se do excedente do tempo de trabalho dos assalariados explorados e igualmente expropriando a riqueza não-capitalizada e subcapitalizada dos prestadores de cuidados, das populações racializadas e da natureza. Por outras palavras, não se expande por si mesmo, mas canibalizando-nos. É para sublinhar este aspecto que uso aqui o prefixo *auto* entre aspas.

interstícios lhes permitam obter aquilo de que necessitam enquanto alimentam a besta.

A quarta característica especifica o papel distintivo dos mercados na sociedade capitalista. Os mercados existiram sempre ao longo da história da humanidade, até mesmo nas sociedades não-capitalistas. No entanto, o seu funcionamento no capitalismo distingue-se por dois traços peculiares. Em primeiro lugar, nas sociedades capitalistas, os mercados servem para alocar os principais *inputs* à produção de mercadorias. Concebidos pela economia política burguesa como «factores de produção», esses *inputs* começaram por ser identificados como terra, trabalho e capital. Além de desempenharem no capitalismo a função de alocar trabalho, os mercados alocam também bens imobiliários, bens de investimento, matérias-primas e crédito. Na medida em que aloca estes *inputs* produtivos através de mecanismos de mercado, o capitalismo transforma-os em mercadorias. O capitalismo é, na sugestiva formulação do economista de Cambridge Piero Sraffa, um sistema para a «produção de mercadorias por meio de mercadorias», embora, como veremos, se apoie também numa base de não-mercadorias.²

Existe, além disso, uma segunda função fundamental assumida pelos mercados numa sociedade capitalista: a determinação do modo como o excedente da sociedade será investido. Por «excedente», Marx entendia o fundo colectivo de energias sociais que excedem as requeridas para a reprodução de uma dada forma de vida e para a reposição do que se consome ao longo da vida. O modo como uma sociedade utiliza as suas capacidades excedentes desempenha um papel central no seu funcionamento, levantando questões fundamentais sobre o

² Piero Sraffa, *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.

modo como as pessoas desejam viver — sobre aquilo em que decidem investir as suas energias colectivas, sobre como se propõem conjugar o «trabalho produtivo» com a vida familiar, o ócio e outras actividades —, bem como sobre de que modo pretendem relacionar-se com a natureza não-humana e sobre o que querem legar às gerações vindouras. As sociedades capitalistas tendem a deixar estas decisões nas mãos das «forças do mercado». Talvez seja essa a sua característica principal e mais perversa: encarregar da resposta às questões mais importantes um mecanismo orientado para a expansão quantitativa do valor monetário, congenitamente indiferente aos indicadores qualitativos da riqueza social e do bem-estar humano. Trata-se de um aspecto estreitamente relacionado com a terceira característica central: a direcionalidade cega inerente ao capital, o processo de «auto»-expansão através do qual ele se constitui como Sujeito da história, desalojando dessa posição os seres humanos que o criaram, reduzidos à condição de seu servos.

O meu propósito ao pôr em evidência estas duas funções dos mercados é combater a concepção muito difundida de que o capitalismo promove uma sempre crescente mercantilização da vida enquanto tal. Penso que essa concepção nos conduz a um beco sem saída, a fantasias distópicas de um mundo totalmente mercantilizado. Essas fantasias não só ignoram os aspectos emancipatórios dos mercados, como esquecem o facto, sublinhado pelo teorizador dos sistemas mundiais Immanuel Wallerstein, de o capitalismo operar com frequência na base de formas de vida doméstica «semiproletarizadas». Graças a esse modo de operação, que proporciona aos proprietários a possibilidade de pagarem menos aos trabalhadores, muitas famílias obtêm parte do seu sustento de fontes que não são salários em dinheiro, como o auto-aprovisionamento (cultivo de hortas, confecção da própria roupa), a reciprocidade informal (apoio mútuo, troca directa de bens e serviços) e transferências